

O DEBATE SOBRE QUALIDADE DE VIDA NA SOCIOLOGIA AMBIENTAL: algumas considerações¹

Carolina Messoria Bagnolo *

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a produção em qualidade de vida na América Latina, buscando verificar quais as estratégias de qualidade de vida que tal literatura esboçou e fazer um contraponto com a sociologia ambiental internacional. Constatou-se que a sociologia latino-americana apresenta estratégias para a solução dos problemas ambientais, destacando a democracia como parte das práticas capazes de contribuir para a minimização dos problemas sócio-ambientais.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida; Produção Acadêmica; América Latina.

ABSTRACT

The Debate on Quality of Life in Environmental Sociology: Some Remarks
This paper aims at analyzing the research on quality of life in Latin America by checking which strategies of quality of life these studies have presented and by comparing them to the international Environmental Sociology. I have found that Latin-american Sociology has developed strategies to solve environmental issues, highlighting democracy as one of the practices that can contribute to minimize socio-environmental problems.

Keywords: Quality of Life; Academic Production; Latin America.

INTRODUÇÃO

O termo qualidade de vida pode abranger muitos significados, dependendo das experiências e valores dos indivíduos e coletividades. Esses significados, obviamente, são mutáveis e dependem do momento

¹Pesquisa financiada pela Capes e Fapesp (2003-2005).

* Doutoranda em Educação (FE/UNICAMP). Grupo FORMAR-Ciências/Faculdade de Educação/UNICAMP. carolina_mbagnolo@yahoo.com.br.

histórico e das condições sociais em que os indivíduos vivem. Podem abranger significados, objetivos palpáveis, como também significados subjetivos e não quantificáveis.

Buarque (1993) aponta que o primeiro gesto do homem, nesse sentido, seria a melhoria da qualidade de vida dele e dos outros seres humanos de sua tribo. Por muitos séculos, a qualidade de vida consistia em não ser ameaçado pelas forças naturais, assim como pelos deuses; ou seja, a rotina significava qualidade de vida. Contudo, a partir do final do século XVIII e início do XIX, a qualidade de vida passou a ser entendida como viver no meio urbano e controlar melhor as forças da natureza. No século XX, esse conceito se transformou em consumo (BUARQUE, 1993). Assim, levando em conta tal contexto, é impossível defender um único conceito do tópico em questão, apesar de o mesmo ser antigo e constituir-se como uma busca utópica da humanidade (BUARQUE, 1993).

Apesar da dificuldade de um consenso conceitual, o tema é bastante discutido na Academia, principalmente pelas áreas relacionadas à saúde. Vale lembrar que é também recorrente em reportagens televisivas e jornalísticas, está presente no *marketing* das empresas e nos livros de autoajuda, tão aclamados e vendidos nos últimos anos.

Mesmo sendo um tema corrente, as ciências sociais pouco teorizaram a respeito dele. Num levantamento bibliográfico no sistema de biblioteca das universidades paulistas, percebe-se que a temática tem pouca força nas ciências sociais. Observa-se que boa parte dos trabalhos que enfoca a referida temática provém das áreas da saúde, mais especificamente da Medicina, Gerontologia e, fugindo um pouco à regra, da Educação Física, o que remete este artigo para o caminho de Herculano, Porto e Freitas (2000), ao afirmarem que a discussão, no interior das ciências sociais, é pouco trabalhada, extremamente recente e marcada por tensos debates.

Os mesmos autores consideram que a temática é, por um lado, mal-vista devido a sua vertente empresarial e neoliberal, que naturaliza a exclusão social e torna o ter qualidade de vida uma mercadoria acessível a poucos. Ao mesmo tempo, ganha adeptos e torna-se um campo privilegiado para a crítica ao neoliberalismo e para a luta em prol da cidadania. Assim, pode-se perceber a complexidade da problemática, ao

notar que não é somente importante entender a literatura sobre qualidade de vida, mas compreender a escolha desse objeto de pesquisa como tema relevante ou não para as ciências sociais.

Dentro do contexto apresentado, o propósito do artigo é traçar algumas considerações acerca da produção acadêmica latino-americana em Sociologia Ambiental (SA) e da qualidade de vida, fazendo um contraponto entre a SA internacional e a SA latino-americana. Além disso, objetiva propor o debate envolvendo as seguintes questões: quais as propostas ou soluções que a produção acadêmica latino-americana fornece para os problemas ambientais que afetam diretamente a qualidade de vida da população? Como a temática é refletida por tal produção?

O DEBATE INTERNACIONAL

A produção científica em SA, em âmbito internacional, é muito rica e vasta. Desde seu surgimento, nos Estados Unidos, até os dias de hoje, são inúmeros os livros, artigos e revistas publicados, destinados a essa temática. Contudo, a questão que se pode destacar é: quais as contribuições que a produção acadêmica ofereceu aos problemas sócio-ambientais e em que medida as respostas apontaram para a promoção da qualidade de vida?

Questões como as citadas são relevantes quando se ressalta que a explosão da consciência dos problemas sócio-ambientais ocorreu na década de 70 e, embora tenha havido alguns avanços em casos concretos (como melhorias na qualidade do ar e da água em países desenvolvidos), pouco se avançou na solução dos problemas ambientais detectados nas décadas de 60 e 70, e muito pouco se contribuirá para os novos problemas ambientais emergentes, como mudança climática, biotecnologias, entre outros (PARDO, 1998).

Pardo (1998), a partir da análise de algumas temáticas analisadas em SA, percebeu que a produção analisada pouco teorizou sobre qualidade de vida e pouco contribuiu para a busca de respostas que promovessem uma melhora sócio-ambiental. O mesmo argumento utiliza Buttel (2000), para com a Sociologia norte-americana em especial. A respeito dela, Buttel (2000) afirma que também pouco se produziu, o que constitui uma falha teórica relevante. Ou seja, a SA, embora institucionalizada em diversos países, pouco colaborou, em termos

teóricos, para que os problemas relacionados à qualidade de vida fossem solucionados.

Pode-se concluir que, se, por um lado, pouco se teorizou sobre os processos de melhora ambiental, por outro, muito se enfatizou os processos de degradação sócio-ambiental. Para Buttel (2000), esta é uma grave deficiência da SA e, então, o autor procura os motivos que levaram a SA a negligenciar uma questão relevante como a problemática da qualidade de vida.

Um primeiro aspecto que pode ser destacado para a falta de teorização dos processos de melhora ambiental está no fato de a sociologia em questão ter se desenvolvido como resposta à falta de atenção da sociologia tradicional para com os processos naturais. Consequentemente, para alertar a sociologia dominante quanto aos processos de degradação ambiental e a relação dos mesmos com a existência social, a Sociologia tendeu a enfatizar a degradação. Porém, mesmo que a ênfase tenha gerado algumas deficiências, foi necessária para a reorientação do pensamento sociológico nas décadas de 70 e 80 (BUTTEL, 2000).

Quais os motivos dessa reorientação? Para a sociologia dominante, como bem argumenta Buttel (2000), as estruturas sociais e os relacionamentos eram fatos sociais que requeriam explicações igualmente sociais. A postura do autor tem o intuito de delimitar o espaço de atuação da Sociologia, assim como diferenciá-la das demais ciências competidoras, tal como a Economia, a Psicologia e a Biologia. Outro ponto que deve ser destacado, conforme lembra oportunamente Buttel (2000), é o fato de os problemas ambientais não serem, mesmo quando afetam diretamente a sociedade, um conjunto interessante de fenômenos a se examinar. Dito de outra forma, os problemas ambientais, na perspectiva dominante, seriam passageiros e triviais para merecerem a atenção científica dos sociólogos.

Uma segunda deficiência está no fato de a SA ter superestimado a coerência do movimento ambientalista e exagerado sua importância, na busca por uma melhor qualidade de vida (BUTTEL, 2000; PARDO, 1998). Buttel (2000) ressalta que não há uma forte associação entre a mobilização do ambientalismo e a legislação ambiental dos Estados Unidos, como também mostra que muito da melhora ambiental ocorrida na década de 70 deveu-se a outras ações, como a conservação induzida

pelo mercado, as mudanças comportamentais, os avanços tecnológicos, entre outros aspectos.

Pardo (1998) afirma que a área temática de estudo da SA de maior destaque na busca de respostas para a melhora ambiental foi o campo de análise dos valores sociais e políticos, onde se inserem os estudos sobre os movimentos ambientalistas. Contudo, da mesma forma que Buttel (2000), a autora considera que houve uma superestimação desses movimentos e certo exagero no que se refere às melhorias que o novo movimento social traria para a sociedade. Ambos os autores enfatizam que nada prova terem sido as mudanças desenvolvidas na sociedade contemporânea resultado das manifestações do movimento ambientalista.

Uma terceira deficiência que Pardo (1998) aponta como importante está na escassa atenção prestada ao meio ambiente como instrumento de controle social. A autora explica: os sociólogos ambientais veem a crise ambiental enquanto oportunidade de mudança social. Mas a crise, argumenta Pardo (1998), também está sendo utilizada para um maior controle e disciplinamento de diversos campos da vida social. No campo da Economia, por exemplo, o meio ambiente serve como importante fator de competitividade. Já no ramo empresarial, para as grandes empresas, o fator ambiental é utilizado para “engolir” as pequenas (PARDO, 1998).

Buttel (2000) ressalta que é relativamente mais fácil, por parte da SA, teorizar sobre os processos de degradação sócio-ambiental. Primeiro, devido ao fato de os estudiosos poderem contar com dados históricos para demonstrar o modo como as instituições afetam e deterioram o ambiente e, segundo, que os exemplos históricos de melhora sócio-ambiental são mais escassos do que aqueles relacionados à degradação sócio-ambiental (BUTTEL, 2000). Conforme ressalta ainda o mesmo autor (2000: 33),

[...] os processos de melhora ambiental são presumivelmente fenômenos mais complexos e mais sutis do que os processos de degradação: enquanto há uma ampla gama de processos institucionais sobrepostos, que levam à degradação, a melhora do meio ambiente não é provavelmente assim constituída.

Apesar de todas essas deficiências que a SA apresenta, Buttel (2000) se mostra otimista quanto à capacidade da mesma de remediar tal situação, frente aos estudos sobre qualidade de vida, através da emergência, nos países capitalistas avançados, da noção de modernização reflexiva. As teorias baseadas nessa noção – a teoria da sociedade de risco e da modernização ecológica – tendem a perceber e teorizar mais os processos de melhorias que os de degradação sócio-ambiental.

O DEBATE LATINO-AMERICANO

Busca-se no presente artigo fazer um contraponto entre o debate internacional e o latino-americano, mostrando as soluções que a produção acadêmica latino-americana propõe para os problemas ambientais e de qualidade de vida. Para tanto, analisaram-se algumas publicações latino-americanas, com o objetivo de compreender o modo como a produção enfoca a questão. Foram analisadas as seguintes publicações: *Ambiente & Sociedade* (1997-2003), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (1986-2002), *Ecologia e Política no Brasil* (1987), *Ecologia e Política Mundial* (1991); *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável* (1992), *Incertezas de sustentabilidade na globalização* (1996) e, por fim, *Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía* (2002). A somatória das publicações elencadas resulta em um total de 127 textos independentes, de intelectuais latino-americanos. Cabe ressaltar que parte deles (mais especificamente 15, pertencentes à *Revista Brasileira de Ciências Sociais*) não trabalhou a questão ambiental, mas sim a da qualidade de vida.

No que se refere à temática deste estudo, pode-se afirmar que a sociologia latino-americana pouco trabalhou a qualidade de vida de forma conceitual, pois somente dois textos do material coletado tratam a temática dessa forma, ao contrário do que ocorre em trabalhos como os de Barbosa (1996) e Herculano (1998).

A despeito do que ocorre com o debate internacional, já comentado neste artigo, um grande número de textos analisados coloca respostas para a promoção da qualidade de vida. Contudo, isso não significa que tais respostas tenham sido revertidas em políticas públicas ou em investimentos. Uma análise pormenorizada da relação entre as propostas teóricas e os investimentos práticos em sustentabilidade seria

fruto de um outro trabalho. Os dados constataam somente que, diferentemente da sociologia internacional, explicitada por Buttel (2000) e Pardo (1998), a sociologia latino-americana propôs respostas para a melhora ambiental.

Nesse sentido, diversas foram as respostas encontradas para sanar os problemas relativos à questão ambiental, como, por exemplo, maior ênfase à gestão pública, fomentação da democracia, criação de espaços públicos transnacionais, novo estilo de desenvolvimento, satisfação de necessidades básicas, valorização da participação social, etc. Com a análise dos dados, percebeu-se que a SA latino-americana pode ter algumas respostas predominantes no que diz respeito às soluções para os problemas ambientais. Embora todas as mencionadas temáticas sejam relevantes, a resposta que mais se destaca é a democracia e os processos participativos.

Sendo assim, entende-se que cidadania, participação social, fortalecimento de organizações sociais, democracia participativa, expansão de direitos, democracia ambiental, criação de um espaço público, entre outros, são elementos de um único processo, qual seja, o da democracia. A SA latino-americana tem no fortalecimento da democracia uma das possíveis soluções para a sustentabilidade sócio-ambiental e para a busca de um estilo alternativo de desenvolvimento, mais justo ambiental e socialmente e com mais qualidade de vida. A partir disso, como explicar os dados obtidos?

Pode-se explicá-los a partir do contexto histórico dessa produção. A ênfase na participação social e na democratização, certamente, é fruto do contexto histórico e social pelo qual a América Latina passou, principalmente nos anos de autoritarismo militar e desenvolvimentismo, que geraram consequências sócio-ambientais na região (GUIMARÃES, 1991). A outra face da realidade apontada está na desmobilização da sociedade e na fragmentação de interesses sociais, o que torna complicada a organização da sociedade em torno das questões ambientais. Isto é, o que se percebe é uma ligação entre o que se produz teoricamente no continente e o contexto histórico da região.

Ianni (1990) mostra que existe um contraponto entre o pensamento e a realidade, tanto que, muitas vezes, o processo de pensar é também um processo de constituir, organizar e redirecionar as prováveis direções da realidade social. Essa relação de

reciprocidade entre a SA e o contexto no qual está inserida pode ser demonstrada nas palavras de Ianni (1971, p.04):

Se é verdade que existe reciprocidade entre o pensamento científico e as configurações sociais da vida, esse princípio é especialmente válido para as ciências sociais. Em particular é verdadeiro para a sociologia, a economia política e a ciência política. Seja quanto à problemática, seja como referência à visão de mundo subjacente às contribuições dessas disciplinas, neste ou naquele país, é óbvio que existe sempre certa correspondência entre o pensamento social, por exemplo, e as condições de existência social.

A DEMOCRACIA E OS PROCESSOS PARTICIPATIVOS COMO RESPOSTA

Na literatura sobre desenvolvimento, encontram-se três visões diferenciadas quanto ao papel dos processos participativos e democráticos na busca de soluções para os problemas sócio-ambientais e para o desenvolvimento sustentável. A primeira é a concepção de desenvolvimento sustentável que aposta no mercado como força reguladora do desenvolvimento, chamada por Frey (2001) de abordagem econômico-liberal de mercado; a segunda concepção é a que considera o Estado e suas instituições como instrumentos indispensáveis para a prevalência do bem comum, chamada por Frey (2001) de abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento; e a terceira concepção, a que mais interessa neste trabalho, é aquela que confia na atuação política da população e organizações sociais dentro de uma abordagem de participação sócio-política.

A abordagem econômico-liberal de mercado tem como pressuposto o fato de que a pressão da concorrência, do crescimento econômico e da prosperidade levariam os indivíduos ao uso racional dos recursos naturais, através de um consumo consciente (FREY, 2001). A abordagem defende ainda a internalização dos custos ambientais através de estímulos de mercado, como auxílio de impostos e taxas ambientais ou comércio de títulos de poluição (FREY, 2001).

Eis a visão propagada pelo Relatório Brundtland, que pode ser considerado o representante da referida abordagem. Para Frey (2001: 04), o relatório dá prioridade às preocupações decorrentes do efeito da pobreza para o meio ambiente, “em detrimento à crítica do estilo nocivo

de desenvolvimento praticado nos países industrializados”, apesar de incluir algumas demandas referentes à ampliação da participação política e planejamento ambiental.

O maior problema dessa abordagem, segundo Frey, é que há um desejo de mudança, mas sem tocar nas estruturas e mecanismos básicos que promovem a degradação ambiental, em especial processos institucionais que regulam a propriedade, o controle e o acesso ao uso de recursos (GUIMARÃES, 1997 apud FREY, 2001).

A sustentabilidade planejada ou a abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento vê a superação dos problemas ambientais a partir de meios gerenciais, numa perspectiva reformista e tecnocrata. Nela, a intervenção estatal é indispensável para reduzir os efeitos negativos do crescimento econômico (FREY, 2001), assim como o conhecimento técnico-científico. A principal diferença desta perspectiva em relação à anterior é que, no primeiro caso, o desenvolvimento e o crescimento econômico recebem preferência, enquanto que, no segundo, a atenção é direcionada para a dimensão ecológica ou, em outras palavras, para a compatibilidade entre desenvolvimento e preservação de recursos naturais.

Ao contrário da primeira abordagem, na qual o mercado rege as regras, neste caso a prática de planejamento vem acompanhada de uma postura centralizadora e tecnocrata. Conforme mostra Frey (2001), para manter o equilíbrio, utilizam-se mecanismos de controle assim como intervenções autoritárias e centralistas, ampliando, como consequência, a burocracia e a tecnocracia.

A visão mencionada acompanha a proposta do *steady-state society*, de Ophuls (1973), em que a força coercitiva do Estado se impõe contra os sistemas democráticos, os quais, na visão de Ophuls, são inadequados para lidar com os problemas ambientais. A necessidade de um Estado forte, em detrimento da participação social, é o que preconiza tal proposta. O Estado forte deveria ser gerido por cientistas ou sábios, pois somente eles poderiam garantir a realização do bem comum e impor as restrições necessárias (FREY, 2001). Dito de outra forma, mais autoritarismo e menos democracia.

Embora abordadas de forma breve, pode-se notar que ambas as perspectivas não fazem parte das preocupações da literatura analisada. Percebe-se, através da leitura dos textos, que uma visão centralizadora e autoritária não está no rol de possíveis soluções para os problemas sócio-

ambientais. A abordagem política de participação democrática seria mais adequada para entender a produção acadêmica latino-americana.

A abordagem política de participação democrática, segundo Frey (2001), considera a participação social não só como elemento para se alcançar o desenvolvimento sustentável, mas entende a participação e o fortalecimento da sociedade civil como valor em si, que traz um caminho alternativo para um novo estilo de sociedade. Os marginalizados do processo político devem ser incluídos, dentro da perspectiva em questão, como atores políticos ativos, defendendo interesses e, conseqüentemente, tomando o lugar da elite no processo decisório.

Ainda dentro da mesma abordagem, Frey (2001) distingue duas orientações: uma vertente que enfatiza a luta do povo contra o poder dominante da elite; e a outra, que tem como ideia central a força da sociedade civil e a necessidade de um espaço público (ou esfera pública), que se tornaria a força transformadora da sociedade para o desenvolvimento sustentável. De acordo com Frey (2001, p.15),

A primeira aposta tendencialmente no conflito e na luta dos grupos e indivíduos excluídos pelo acesso ao poder social e, na seqüência, ao poder político; a segunda, no próprio processo discursivo e no princípio do entendimento, impulsionado por uma sociedade civil organizada e engajada nos processos políticos.

Os trabalhos analisados no âmbito deste artigo tendem para a segunda vertente. Antes de perceberem a importância das lutas populares contra o poder da elite, tendem a enfatizar a ideia da sociedade civil e de um novo espaço público democrático como propiciadores de mudanças sócio-ambientais. Para contextos diferentes, os autores desenvolvem uma resposta comum aos problemas sócio-ambientais.

Leff (1998) ressalta a emergência da sociedade civil como resposta aos processos de exclusão social, tendo como mote uma maior participação na tomada de decisões. Sua proposta (1998) é a de uma nova democracia, intitulada ambiental, que buscaria promover uma reintegração sócio-ambiental, sedimentada em novas solidariedades sociais, na pluralidade étnica e na diversificação do estilo de desenvolvimento, assim como na participação direta e da cidadania na tomada de decisões que afetam a qualidade de vida dos indivíduos.

Ferreira (2000), analisando a política ambiental em nível local, percebe também a importância da participação democrática na busca por uma sociedade sustentável. Mostra que a intensificação dos movimentos

sociais e a fuga e a descrença do eixo político-partidário fizeram com que surgissem novos canais de comunicação com o poder público, aumentando também a parceria do Estado com os outros atores sociais. Em outro artigo, comentando ainda a política ambiental em nível local, Ferreira (1996) ressalta que em alguns casos não houve mais avanços em torno da problemática ambiental, devido à falta de participação dos diversos atores sociais nas discussões públicas. Em outras palavras, a participação social é fundamental para minimizar os processos de degradação ambiental.

Fuks promove semelhante defesa (1996). Analisando os dados referentes à proteção judicial do meio ambiente no Rio de Janeiro, aponta o número insuficiente de ações da sociedade civil, revelando-se a preferência por um movimento passivo. Segundo ele, os interesses difusos, que seriam universais, na prática, não se aplicam: a sociedade civil se mostra passiva diante de seus próprios interesses. Para tanto, Fuks (1996) reivindica um maior acesso à justiça e uma maior participação social.

Barkin (2002) e Gudynas (2002) enfocam o problema sócio-ambiental num nível macro, no que diz respeito à América Latina. Barkin (2002), comentando a respeito da degradação sócio-ambiental das áreas produtoras rurais dessa região, mostra que as mesmas são vítimas de políticas de desenvolvimento geradoras de exclusão social e deterioração do meio ambiente. Sua “solução” se faz através de um desenvolvimento autônomo da região, através de ferramentas como a participação democrática e o fortalecimento das novas organizações sociais.

Gudynas (2002), por sua vez, tem também como centro de sua análise a América Latina, mais propriamente o Mercosul. Segundo o autor, o Mercosul apresenta fragilidades no que diz respeito à política ambiental e, para a saída desse impasse, a reconstrução do papel do cidadão na busca por respostas para a sustentabilidade, através da integração das políticas nacionais, faz-se necessária.

Ferreira e Ferreira (1995) fazem uma análise da relação Estado e sociedade no que concerne à questão ambiental, demonstrando que, dentro de um cenário de devastação ecológica e miséria social, é imprescindível para uma gestão eficiente a ligação entre o Estado, a sociedade civil, o setor privado e as comunidades locais na demanda por um futuro possível e viável.

É importante salientar que o referido processo de participação social e de prática da cidadania não se resume a prática do voto eleitoral, muito embora a onda democratizante da América Latina faça acreditar em tal posição (GUDYNAS, 2002). O voto eleitoral não é enfatizado na literatura em questão. No contexto da produção analisada, a cidadania e a participação social são instrumentos para o acesso aos direitos sócio-ambientais e para a construção de espaços públicos e plurais para a busca da sociedade sustentável.

Embora o processo democrático, a participação social, a criação de espaços públicos, entre outros, tenham um papel importante na visão da produção analisada, o papel do Estado continua sendo primordial para a solução dos problemas ambientais e sociais. Frey (2001) chama a atenção para o fato de que, apesar da descrença em relação ao Estado, ele continua desempenhando papel fundamental em qualquer resposta de sustentabilidade, embora esse papel tenha que ser redefinido. A literatura investigada também parte da mesma resposta.

Leff (1998) aponta que se faz cada vez mais necessária a ação de um Estado forte para regular o comportamento dos agentes sociais e econômicos para reduzir os efeitos nocivos das atividades humanas contra o capital natural. Seguindo a mesma linha, Guimarães (1998) mostra que o Estado, apesar dos problemas referentes à sua legitimidade, continua sendo um grande representante, ou um ator privilegiado na função de ordenar o processo de desenvolvimento e os diferentes interesses que brotam da sociedade como um todo, forjando “un pacto social que ofrezca sustento a las alternativas de solución de la crisis de sustentabilidad” (GUIMARÃES, 1998:16).

Guimarães (1998; 2001; 2002) sustenta que o Estado continua a desenvolver uma ação única, necessária e indispensável. Primeiramente porque transcende a lógica do mercado e tem em seu bojo práticas de justiça social e equidade, além de combater os direitos difusos de cidadania. A ação estatal é necessária, pois a oferta de bens comuns não pode ser produzida por atores competitivos; e, por fim, indispensável, pois o Estado se dirige às gerações futuras, ao contrário do mercado, que vê indivíduos em vez de coletividades.

De acordo com Gudynas (2001), desde a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento, de 1992, tem-se dispensado grande importância à ênfase de atores-chave como motivadores de mudanças e, geralmente, são esses mesmos atores que defendem as suas práticas. Por

exemplo, a proposta dos empresários destaca a atuação deles enquanto propulsores de mudanças sociais; os cientistas defendem os ecólogos como aqueles que devem determinar que tipo de intervenção deve-se realizar na Terra; as feministas enxergam a importância das mulheres; os movimentos rurais destacam o papel do campesinato e dos indígenas; os ambientalistas urbanos defendem o papel dos movimentos verdes, e assim sucessivamente (GUDYNAS, 2001).

A produção acadêmica analisada por Buttel (2000) e Pardo (1998) tendeu, conforme mostrado anteriormente, a enfatizar o movimento ambientalista como um ator-chave na busca por soluções para a sustentabilidade social e ambiental. Nesse contexto, Gudynas (2001) afirma que, ao se privilegiar um ator-chave, corre-se o perigo de se negligenciar o papel que desempenham outros importantes atores sociais. E ainda, o que é mais alarmante, ressaltar um único ator como responsável pela missão de conduzir o restante da sociedade a uma mudança ambiental.

Enfim, pode-se perceber que, embora os textos analisados tratem de assuntos tão divergentes, essa literatura tem em mente alguns aspectos relevantes: a ênfase na democracia, no papel do Estado como regulador das ações sociais e, por fim, a participação de atores diferenciados no processo de mudança ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo ainda como eixo norteador os trabalhos de Buttel (2000) e Pardo (1998), podem-se destacar algumas conclusões no presente estudo. Uma delas se refere ao fato de a produção analisada não superestimar um único ator social para a mudança ambiental. Pelo contrário, ao enfatizar os processos participativos, a democracia e os espaços públicos, não se está restringindo a mudança a nenhum ator, mas sim aos vários atores sociais que compõem a sociedade e que respondem a diferentes interesses. Ou, dito de outra maneira, pode-se afirmar que a produção acadêmica analisada acabou sublinhando a cidadania e os processos participativos, assim como a pluralidade de atores-chave como aqueles capazes de transformar a sociedade atual rumo a uma sociedade calcada na sustentabilidade. Mas uma questão ainda fica em aberto: tal como a sociologia analisada por Buttel (2000) e Pardo (1998), a SA latino-

americana não tendeu a superestimar os processos participativos e a democracia como propulsores de melhoras ambientais?

Nota-se, na análise dessa literatura, um aspecto importante. Ao conferir ênfase à democracia e aos processos participativos, evidenciou-se que o problema sócio-ambiental nada mais é que um problema político e de exercício de poder. Isto é, a solução dos problemas sócio-ambientais não depende somente do alcance de um crescimento econômico nem de uma melhor compreensão científica e um planejamento eficiente, mas sim da superação de conflitos decorrentes de uma crescente desigualdade social e da criação de formas de participação dos processos decisórios, que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Nesse sentido, do ponto de vista metodológico, pode-se afirmar que a produção analisada tendeu a filiar-se a uma perspectiva construtivista, cujo foco são os processos sociais, políticos e culturais em que as condições ambientais são definidas.

Em outros momentos, nota-se claramente uma tendência para a teoria da modernização ecológica (Mol e Spaargaren), que pode ser considerada corrente teórica relevante para os estudos acerca da qualidade de vida na sociologia internacional. Da mesma forma, a teoria da sociedade de risco influencia de forma significativa a produção acadêmica latino-americana.

Por fim, pode-se concluir da leitura da produção acadêmica latino-americana que ela possui uma característica muito forte: a proposta de soluções para os problemas sócio-ambientais, tendo uma visão mais otimista dos processos de melhora ambiental, muito embora as condições sócio-ambientais possam trazer uma onda de pessimismo. No entanto, não se afirma que essa produção não foi crítica. Afirma-se somente que, apesar de vivenciarem os graves problemas latino-americanos e refletirem a respeito deles, tentam sempre colocar sugestões de melhorias que repercutiriam na qualidade de vida humana.

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, H. (org.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

BARBOSA, S. R. da C. S. *Qualidade de vida e suas metáforas*. 1996. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

- BARKIN, D. El desarrollo autónomo: un camino a la sostenibilidad. In: ALIMONDA, H. (org.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- BUARQUE, C. “Qualidade de vida: a modernização da utopia”. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 31, 1993.
- BUTTEL, F. “Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações teóricas”. In: HERCULANO, S; PORTO, M; FREITAS, C. (orgs.). *Qualidade de Vida e Riscos Ambientais*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.
- COLEÇÃO da Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1 CD-ROM, 2002.
- FERREIRA, Leila; FERREIRA, Lúcia. “Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o estado e para a sociedade”. In: HOGAN, D.; VIEIRA, P. (orgs.). *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____; VIOLA, E. (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- _____. “Indicadores político-institucionais de sustentabilidade: criando e acomodando demandas públicas”. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano 3, n.6 e 7, 2000.
- FREY, K. “A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local”. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano 4, n.9, 2001.
- FUKS, M. “Do discurso ao recurso: uma análise da proteção judicial ao meio ambiente do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, L; VIOLA, E. (orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- GUIMARÃES, R. “A assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente”. In: LEIS, H (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- _____. “Modernidad, medio ambiente y etica: un nuevo paradigma de desarrollo”. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano 1, n.2, 1998.
- _____. “A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento”. In: VIANA, G; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- _____. “La etica de la sustentabilidad y la formación de políticas de desarrollo”. In: ALIMONDA, H. (org.). *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- GUDYNAS, E. “Actores sociales y ambitos de construcción de políticas ambientales”. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano 3, n.8, 2001.
- _____. *Ecología, economia y etica del desarrollo sustentable*. Buenos Aires: Ediciones Marina Vilte, 2002.
- HERCULANO, S. “A qualidade de vida e seus indicadores”. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano 1, n. 2, 1998.

- _____; PORTO, M; FREITAS; C. *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.
- HOGAN, D. J.; VIEIRA, P.V. *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- IANNI, O. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *A ideia de América Latina*. Primeira versão, n. 13, IFCH, Unicamp, 1990.
- LEIS, H. (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: FASE/Vozes, 1991.
- LEFF, E. “Los nuevos actores sociales del ambientalismo mexicano”. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano 1, n.2, 1998.
- OPHULS, W. *Ecology and politics of scarcity*. San Francisco: Freeman, 1973.
- PÁDUA, J. A. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- PARDO, M. “Sociología y medioambiente: estado de la cuestion”. *Revista Internacional de Sociologia*. Córdoba, n. 19-20, 1998. Disponível em: <<http://www.unavarra.es/personal/mpardo/pdf/03estado.PDF>> . Acesso em: 15 jul. 2004.